



## **A Rádio Rural de Natal no Processo de Educação a Distância: um Gesto de Leitura Sobre as Aulas Radiofônicas na Época do MEB<sup>1</sup>**

Edivânia Duarte RODRIGUES<sup>2</sup>

Adriano Lopes GOMES<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

### **Resumo**

Este artigo analisa os discursos argumentativos que estruturam as aulas radiofônicas transmitidas pela Rádio Rural de Natal nos tempos do Movimento de Educação de Base – MEB, na década de 1960, no processo de educação a distância destinado a jovens e adultos da zona rural. Trata da relação entre o rádio e a educação, no âmbito do Rio Grande do Norte, destacando as linhas de atuação do MEB e da Rádio Rural de Natal na busca por convencer e persuadir alunos/ouvintes recorrendo às potencialidades do rádio e aos discursos engendrados por técnicas argumentativas. A partir da análise interpretativa do *corpus* destacamos a pedagogia empreendida pelo MEB ao utilizar os recursos sonoros do rádio para dialogar com os alunos e monitores, com vistas a convencê-los e persuadi-los à ação sobre a realidade para transformá-la.

**Palavras-chave:** Rádio Rural; MEB; Discurso; Argumentação

### **Conhecendo o Assunto: uma Abordagem Introdutória**

Este artigo realiza um gesto de leitura sobre o MEB e a Rádio Rural de Natal na promoção de uma educação popular através do rádio. Faz uma análise discursivo-argumentativa de uma das aulas radiofônicas transmitida pela Rádio Rural que, por sua vez, integrava o projeto educativo do Movimento de Educação de Base – MEB, surgido em 1961. Coordenado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e financiado pelo Estado, o MEB levou educação de base, através do rádio, a jovens e adultos nas regiões do Brasil, sobretudo nas zonas rurais, pautando a alfabetização na conscientização do aprendiz. Em âmbito do Rio Grande do Norte, a Rádio de Educação Rural era a principal expoente transmitindo aulas e/ou programas que consistiam no ensino de conteúdos instrucionais e na difusão de discursos para convencer e persuadir

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O trabalho foi apoiado pelo CNPq.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFRN, email: edivania\_duarte@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social da UFRN email: adrianogomes@cchla.ufrn.br



o aluno na tomada de posição e na defesa pela transformação da estrutura sócio-econômica desigual do país.

À época o Brasil possuía um grande contingente de analfabetos e o rádio, na condição de um dos principais veículos de comunicação, estava incumbido de atingir os lugares mais remotos. Assim sendo, analisamos as técnicas argumentativas utilizadas na aula radiofônica em destaque para demarcar posições e promover o convencimento e a persuasão dos alunos/ouvintes às teses apresentadas, atentando para as condições de produção, efeitos de sentido do discurso e o formato radiofônico, entendendo o rádio como mediação tecnológica entre professores e alunos. Para tanto, o estudo fundamenta-se na Análise do Discurso de linha francesa, na Teoria da Argumentação, na concepção dialógica de linguagem e na classificação dos programas em rádio.

Acreditamos que desenvolver esse estudo possibilita-nos colaborar com a memória histórica do MEB e do Rádio no processo de educação do povo brasileiro, além de possibilitarmos uma leitura sobre a aula radiofônica, encarando-a como instrumento discursivo de consequências políticas e sociais no campo da inserção do sujeito consciente dos seus deveres e direitos, capazes de atuar na estrutura histórica e social em que vive.

### **O MEB e a Promoção da Educação Popular no Brasil**

O Movimento de Educação de Base – MEB surgiu em 21 de março de 1961, através do decreto 50.370, assinado pelo então Presidente do Brasil, Jânio Quadros. O MEB foi fruto de um acordo firmado entre a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - responsável pela coordenação da ação educativa -, o Ministério da Educação e o Estado (financiador desse sistema). A proposta do MEB era a de levar educação de base aos alunos das classes populares, sobretudo, os camponeses nos estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, através de aulas radiofônicas. Esse movimento de amplitude nacional foi criado, portanto, a partir do sucesso das Escolas Radiofônicas instaladas no Rio Grande do Norte, no final da década de 1950, tendo a Emissora de Educação Rural de Natal como a principal expoente.

Nesse contexto, a igreja católica era quem coordenava a ação educativa pelo rádio, destinada aos homens do campo. A igreja seguia as recomendações do Concílio de Vaticano II que propunha uma ação social da igreja a favor das classes oprimidas e contra o capitalismo. Formava-se, assim, uma doutrina social que buscava incidir na



vida econômica, política e social do país. As escolas radiofônicas consistiam em uma dessas formas de intervenção da igreja nas condições de miséria do povo brasileiro visto que, além tudo, de acordo com o IBGE, em 1960, quase 50% da população brasileira era analfabeta e o Brasil era o sexto no *ranking* mundial em relação ao analfabetismo.

O MEB pauta a alfabetização na conscientização do aprendiz, tendo como principal objetivo conscientizar o aluno de si, da realidade social em que está inserido e das possibilidades de mudança. É a partir desse panorama, que o MEB passa a ser visto como um Movimento de Cultura Popular (MCP), adotando a cultura como democrática e buscando uma transformação da realidade para a libertação das classes dominadas.

A distribuição hierárquica do movimento compreendia: o Conselho Diretor Nacional (CDN), composto por bispos, arcebispos e leigos<sup>4</sup>; o Conselho Diretor Estadual (CDE), constituído por bispos das áreas onde funcionava o MEB; e, em âmbito local, a responsabilidade da orientação era do bispo diocesano. No Rio Grande do Norte, por exemplo, existia o sistema de Natal, Caicó e Mossoró, cada um deles estava subordinado às decisões nacionais e possuía uma equipe local com um coordenador. Natal, por sua vez, era denominado de equipe central no Estado, por ser o precursor das escolas radiofônicas. Além disso, havia uma equipe de supervisores que visitava as localidades onde estava instalado o sistema educativo, promovendo o contato pessoal com alunos e monitores, geralmente durante as transmissões das aulas, como forma de minimizar a ausência de uma interação face a face entre professor e alunos no decorrer das transmissões pelo rádio. Os supervisores buscavam informações sobre o processo de educação nessas localidades, avaliavam esse processo e, principalmente, orientavam os monitores, os alunos e a comunidade.

O MEB, caracterizado como um Movimento de Cultura Popular – MCP, propunha uma reforma revolucionária na realidade brasileira, empreendendo soluções imediatas que culminariam na execução do objetivo principal: a transformação material da sociedade. Para atingir tal objetivo, os MCP utilizavam vários instrumentos, tais como: a alfabetização de jovens e adultos, núcleos populares (para realização de debates, promoção de cursos, por exemplo, o sindicalismo), teatro, praças de cultura e arte, que se preocupavam primeiramente com a conscientização política dos sujeitos frente à realidade brasileira, para depois desaguar numa ação política do povo. Os MCP eram uma reação à cultura e à educação que privilegiavam apenas as classes dominantes

---

<sup>4</sup> Professores e outras pessoas que estavam envolvidas diretamente no processo de educação pelo rádio, mas que não ocupavam funções religiosas na Igreja Católica.



e, por esse motivo, propuseram o desenvolvimento de uma Educação Popular (EP) que, tomada pelas concepções de cultura popular, buscava alfabetizar os alunos, relacionando-os a suas realidades sociais, instigando-os a uma postura crítica. A educação passou a ser vista como uma possibilidade de mudança das estruturas sociais e econômicas injustas do país. E, para que ela evidenciasse essa função, deveria ser uma educação criticizadora e com métodos “ativos” que libertasse o aluno pela conscientização.

Sendo assim, o MEB desenvolveu uma educação popular fundamentada no método “ativo” proposto por Paulo Freire que enfatizava, sobretudo, o caráter dialogal. Isto é, através do diálogo, o aluno tinha a oportunidade de expressar-se e construir conhecimento junto com o professor. Entretanto, no ensino de adultos com vistas a uma formação crítica do indivíduo, faz-se necessário mais do que a utilização de um método “ativo”. Como assegura Cardoso (2001), é importante desenvolver também um sistema educativo que leve o analfabeto não apenas a se alfabetizar, mas a ganhar a consciência de sua responsabilidade social e política.

Nesse método dialogal, o professor era visto como um coordenador de debates, o aluno como um participante do grupo e a aula se configurava num diálogo. Além disso, segundo Freire (2001), a educação de adultos requeria também uma motivação dos alunos para que eles passassem de uma abordagem mágica sobre a realidade para uma postura crítica sobre ela. Quanto a isso, o autor assevera:

Era preciso, por outro lado, superar um certo fatalismo, sobretudo dos homens menos transitivados dos campos, que responsabilizam Deus ou o destino, ou a sina, pelos erros de uma estrutura arcaica e desumana” (FREIRE, 2001, p. 116).

Em suma, esse método “ativo” conscientizava o aluno de uma realidade que ele já conhecia, mas não tinha uma postura crítica diante dela. A conscientização crítica da realidade era uma forma de instrumentalizar os alunos a tomarem suas próprias atitudes e escolhas.

Os movimentos educativos, apoiados nos princípios de cultura popular, fundamentavam-se na conscientização do sujeito e desenvolviam uma “Educação de Base Integral” que proporcionava os conhecimentos mínimos para se levar uma vida humana. Em outras palavras, dizemos que essa era uma educação que além de transmitir



aos alunos as primeiras instruções, como ler e escrever, propunha, sobretudo, gerar conhecimento sobre o próprio homem, dando-lhe primeiramente uma consciência de si. Dizemos isso porque a educação de base queria conscientizar e alfabetizar. E essa conscientização, segundo Landim Filho (2001), toma a pessoa como fundamento e sua realização como fim. Para esse autor, “conscientizar é dar consciência a alguém do que ele é (consciência de si), do que são os outros (comunicação dos dois sujeitos) e do que é o mundo (coisa intencionada)” (LANDIM FILHO, 2001, p.178). É nesse sentido que a educação de base objetiva dar consciência aos sujeitos sobre o mundo, focando em primeiro lugar a consciência do homem sobre si.

Os movimentos de educação visavam atingir os jovens e adultos analfabetos, especialmente os das zonas rurais (camponeses) onde havia uma carência de escolas. Dentro da proposta de levar educação e conscientização para os alunos nas áreas mais longínquas, utilizavam-se do rádio como suporte tecnológico para diminuir as barreiras geográficas, promovendo uma educação a distância. Essa década foi marcada por um “realismo em educação”, como denomina Paiva (1987), tendo em vista que os profissionais da educação de jovens e adultos estavam preocupados não apenas com métodos eficazes, mas, principalmente, com as consequências políticas, sociais e econômicas dos programas educativos. A educação era entendida, na concepção de Freire (1996), como uma educação política, ou seja, é uma forma política de intervenção no mundo. Portanto, foi visando essa concepção de educação não neutra, que os movimentos educativos do período em destaque construíram os seus programas, encarando a miséria do país, não como um fatalismo do século XX, e sim, como uma realidade superável, ou melhor, superável através da educação.

### **A Rádio Rural de Natal na Educação de Jovens e Adultos**

A Emissora de Educação Rural de Natal surgiu a partir da idealização de Dom Nivaldo Monte e Dom Eugênio Sales que, inspirados pela Rádio Sutatenza, da Colômbia – primeira rádio educativa do continente americano -, instituíram as Escolas Radiofônicas que idealizaram o trabalho de alfabetização de jovens e adultos através do rádio. Chamada depois de Rádio Rural de Natal, a emissora fazia parte do Serviço de Assistência Rural (SAR), integrando o Movimento de Natal que, por sua vez, consistia em ações sociorreligiosas desenvolvidas pela Arquidiocese de Natal-RN, no período de



1943 a 1964, destacando-se as Escolas Radiofônicas como instrumentos de intervenção social.

A Arquidiocese de Natal, desde a década de 1940, preocupava-se com a questão social no estado do Rio Grande do Norte, sobretudo com o analfabetismo na Zona Rural, por isso, instituiu as Escolas Radiofônicas vinculada ao SAR, criado em 1949 pela igreja, órgão jurídico e coordenador da ação educativa da igreja no campo. Dentre as várias ações para melhorar a vida do homem do campo, destacamos a instalação da Emissora de Educação Rural.

O sucesso das Escolas Radiofônicas motivou o surgimento do o Movimento de Educação de Base – MEB, na década de 1960, pautando a sua alfabetização em três planos: o da “conscientização da realidade”, englobando o conhecimento de si, dos outros e do mundo; da “formação de atitudes”, destacando-se a crítica e o convencimento, e dos “instrumentos de ação”, persuadindo os sujeitos à ação sobre a realidade para transformá-la. Sendo assim, o MEB não apenas ensinava a ler e escrever, mas também veiculava discursos que conduziam a reflexão dos alunos, bem como estimulava à prática da religião católica. Destacamos que todo esse processo pautou-se na utilização do rádio como veículo mediador de conhecimentos.

Tomemos o sistema de educação de Natal para a descrição das aulas da emissora Rural na época do MEB. As aulas veiculadas pela Emissora de Educação Rural envolviam professores, alunos e monitores. Os professores estavam especialmente distantes dos alunos, interagindo e transmitindo os conhecimentos numa perspectiva de educação a distância. O *feedback* entre alunos e professores ocorria através de cartas dos alunos ou monitores enviadas aos professores ou através da visita dos educadores junto com os supervisores às comunidades assistidas. Os professores não possuíam curso de locução, mas recebiam algumas dicas - dadas por locutores de outras rádios do estado, por exemplo, a Rádio Poti - de como falar no rádio, sendo, por isso, chamados de professores/locutores. As aulas eram dialogadas, ou seja, o professor/locutor, apesar de estar em um contexto espacial diferente do aluno, introduzia uma conversa com o interlocutor, chamava-o a participar das aulas, falava com ele como se estivesse próximo, numa característica evocativa que o rádio permite. O conteúdo das aulas era produzido pelos supervisores e coordenadores de Natal e organizados num roteiro radiofônico. Algumas vezes, eram inseridas ao longo das aulas dramatizações, recorrendo-se à ludicidade que o rádio possibilita para envolver os alunos na aula.



Do outro lado do aparelho receptor, estavam os alunos/ouvintes e os monitores. Os alunos ouviam as aulas pelo rádio de pilha cativo<sup>5</sup>, respondiam às questões colocadas pelos professores ou presentes no material didático que recebiam, e discutiam com os monitores os temas abordados nas aulas. Os alunos eram jovens e adultos da zona rural, camponeses que, alfabetizados ou não, posicionavam-se diante do rádio para aprender a ler, escrever ou aprimorar os conhecimentos já adquiridos. Assim, já que o público-alvo da educação do MEB era composto de trabalhadores, as aulas ocorriam à noite, com a média de uma hora de duração.

Os monitores eram pessoas da própria comunidade que já tinham certo conhecimento de leitura e escrita, mas que, além disso, passavam por treinamentos para aprimorá-los. Eram sujeitos responsáveis em auxiliar professores e alunos nessa educação a distância. Os monitores assessoravam os alunos na resolução dos exercícios, escreviam no quadro frases que o professor/locutor pedia ao final das aulas e discutia com os alunos os temas propostos. Além disso, informava aos professores sobre o andamento das turmas e, em muitos casos, cedia o espaço de sua casa para a acomodação do rádio e a escuta dos alunos, ou seja, para a realização das aulas.

Portanto, é nesse contexto de educação a distância que compreende a interação entre professores, alunos e monitores, cada um com suas funções específicas, sendo a Emissora de Educação Rural de Natal um dos instrumentos do MEB no desenvolvimento da educação das classes populares. Dentro desse panorama, destacamos os discursos produzidos nas aulas radiofônicas, materializados nos roteiros de aulas da Emissora de Educação Rural. São esses os discursos que analisaremos neste artigo.

## **O Rádio como Mediação Tecnológica e Dialógica**

No processo de educação promovido pelo Rádio Rural durante o MEB, dizemos que o rádio apresentou-se como um veículo eletrônico de comunicação que contribuiu para a abertura de novas formas de ensino, possibilitando uma educação a distância através das ondas sonoras. Superando as limitações espaciais e/ou temporais, a relação entre alunos e professores através do rádio adotou uma postura mais democrática, tendo em vista que se aumentou o alcance do ensino a um contingente maior de alunos,

---

<sup>5</sup> Aparelho de rádio com frequência determinada para receber o sinal de apenas uma emissora, no caso, a Emissora de Educação Rural de Natal.



sobretudo na década de 1960 que contabilizava um grande índice de analfabetismo. O rádio à pilha, com grande poder de penetração nas áreas rurais - grande parte sem acesso a energia elétrica -, além de ser um veículo com baixo custo em relação à instalação de escolas, torna-se o principal meio de comunicação a ser utilizado pelo MEB a favor da educação. Mas, de acordo com Kaplun, a educação pelo rádio não se restringe à alfabetização e à difusão de conhecimentos básicos, mas implica:

[...] todas aquelas que procuram a transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comunidade, as que se propõem a elevar o nível de consciência, estimular a reflexão e converter cada homem em agente ativo da transformação de seu meio natural, econômico e social [...] (KAPLUN apud BARBOSA, 2003, p.110).

Todos esses princípios de educação determinavam as diretrizes do MEB, seja nas aulas de alfabetização seja nos outros programas de caráter educativo que transmitiu pelo rádio. O objetivo desse movimento não era somente transmitir conhecimento aos alunos na busca de educar o maior número de trabalhadores possíveis através do rádio, mas, principalmente, possibilitar um ensino qualitativo que se preocupa mais com o que o aluno vai aprender do que com o aumento de aprendizes.

Portanto, ao utilizar o rádio e sua linguagem sonora, aliando a voz humana à música e aos recursos de áudio para atingir os alunos e monitores, a Rádio Rural foi um dos instrumentos do MEB no desenvolvimento da educação das classes populares. O rádio, nesse caso, foi visto como mais do que um instrumento técnico para difundir as aulas, era um veículo de comunicação que encantava os receptores, um mediador dos discursos ideológicos do MEB.

O rádio permite a eletrônica da voz e interage com os receptores através da linguagem oral, mediando a realidade e os interlocutores. No caso, a educação através do rádio serviu de ferramenta para os professores, a partir do momento que informava ao ouvinte sobre o mundo, contribuindo, assim, para formar o sujeito, dando-lhe educação escolar e dirigindo-se a ele com um discurso argumentativamente construído para convencê-lo e persuadi-lo a intervir na vida social. Nesse contexto, o rádio foi utilizado para chegar até os alunos e promover uma “ação à distância”, termo utilizado por Thompson (1998, p.77-78) ao dizer que os meios de comunicação “permitem que os indivíduos dirijam suas ações para outros, dispersos no mesmo tempo e espaço, como também responderem a acontecimentos em ambientes distante”.



Ao promover essa “ação à distância”, Thompson (1998) assegura que a produção das mensagens é orientada para atender os receptores, mesmo que eles não possam interferir diretamente no curso do conteúdo. Em outras palavras, os receptores dos meios de comunicação de massa, não estando presentes no momento da produção da mensagem, não podem interferir nessa produção, entretanto, o público-alvo desse conteúdo já foi presumido no momento da produção.

Isso porque ao entendermos que o discurso do MEB estava estruturado sob determinadas estratégias argumentativas, assumindo posições com propósito de obter a adesão do auditório (alunos e monitores), recorremos à reflexão sobre o caráter dialógico da linguagem, proposto por Bakhtin (1995), como forma de compreendermos o processo de convencimento do interlocutor, visto que se toda linguagem é dialógica, ela tem como referência um auditório. Assim, entendemos que nas aulas radiofônicas o orador (professor) dirigia-se ao auditório com vistas a convencê-lo e/ou persuadi-lo. Logo, o discurso foi produzido pressupondo um destinatário. Sendo assim, refletir sobre o dialogismo dá-nos embasamento para entender o porquê de certas estratégias no discurso, verificando como o auditório estava inscrito no próprio discurso.

Bakhtin (1995) considerou o dialogismo sob dois pontos de vista: o da interação verbal, entre enunciador e enunciatário; e o da intertextualidade, no interior do discurso. Abordaremos aqui o primeiro aspecto. O dialogismo fruto da interação verbal é aquele que se dá entre os interlocutores, porque quem enuncia o faz tendo como referência um leitor ou um ouvinte e este, por sua vez, ao compreender o que foi enunciado completa o ciclo da interação. Assim sendo, Bakhtin (1995, p.113) afirma que “a palavra comporta duas faces, visto que é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém”.

Para entendermos a concepção bakhtiniana de Dialogismo, é necessário concebê-lo como o princípio constitutivo da linguagem, ou seja, é a interação entre os interlocutores que funda a linguagem. Nesse sentido, Bakhtin (1995) defende que todo texto é dialógico porque há o diálogo com interlocutores e com outros textos. Na concepção do autor devemos compreender “diálogo” num sentido amplo, isto é, “não apenas a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal de qualquer tipo que seja” (BAKHTIN, 1995, p. 123). Por isso, dizemos que mesmo em um texto escrito ou falado que não permita o *feedback* imediato entre os interlocutores, o aspecto dialógico está presente, seja pelo fato do produtor do discurso dirigir-se a alguém, pressupondo o interlocutor no momento da produção do



texto, seja na compreensão desse texto por parte dos destinatários. Dessa maneira, tanto a produção quanto a compreensão dos discursos mostram a relação dialógica entre enunciador e destinatário, tendo em vista que, embora “o momento da escrita de um texto e o momento de sua leitura sejam distintos, na escrita, já está inscrito o leitor e, na leitura, o leitor interage com o autor do texto” (ORLANDI, 1996, p.179).

Ao adotarmos essa relação dialógica entre os interlocutores, entendemos também que o sentido não é único, nem está no discurso, nem no sujeito/autor, tampouco no sujeito/leitor, mas sim na interação discursiva entre os interlocutores na produção da leitura, construindo-se a partir dessa interação verbal. É por isso que reconhecemos o papel do interlocutor na construção dos sentidos do discurso, já que para Bakhtin (1995, p.132): “A compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma ‘contrapalavra’”. Desse modo, embora não seja intenção nossa estudar o grau de compreensão dos aprendizes, expostos ao discurso do MEB, entendemos que as estratégias argumentativas foram utilizadas tendo como referência a compreensão dos jovens e adultos e, por isso, acreditamos no caráter dialógico desse discurso. Portanto, enfatizamos que o dialogismo proposto por uma interação a distância pode ser menor do que uma interação face a face, mas isso não nos autoriza dizer que a interação obtida é predominantemente monológica, visto que concebemos o caráter dialógico como constitutivo de toda linguagem, assim a classificação mais adequada para as aulas radiofônicas seria a de uma interação dialógica em menor grau e não uma quase-interação mediada e monológica.

### **Refletindo sobre Discurso e Argumentação**

Para realizarmos a leitura dos discursos argumentativos transmitidos pela Rádio Rural, numa perspectiva dialógica da linguagem, recorreremos à Análise do Discurso (AD), da Escola Francesa, à Teoria da Argumentação e ao Dialogismo. Sobre o dialogismo já discorreremos, resta agora esclarecer as outras duas teorias. A corrente teórica da AD nos possibilita encarar o discurso como um objeto de análise, o qual articula a linguagem e a exterioridade, compreendendo o sentido como polissêmico. Dessa forma, a AD vê as condições de produção como constitutivas de sentido, defendendo que o sentido não pode ser visto como literal, mas sim como possibilidades, efeitos de sentido. Isso porque, segundo Pêcheux (1997), as classes não são indiferentes



à língua, de forma que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes. Portanto, as formações discursivas do discurso, determinadas pelas formações ideológicas correspondentes, comportam palavras que se referem às posições ideológicas de quem as emprega.

Os discursos dos quais tratamos estão estruturados por técnicas argumentativas definidas de acordo com a Teoria da Argumentação, como quaisquer recursos verbais e não verbais que estejam relacionados ao ouvinte num processo de convencimento e/ou persuasão. Destacamos três técnicas: os “recursos de presença”, que visam ilustrar a tese que se pretende defender; a “modalidade interrogativa”, que é uma forma de se dirigir aos ouvintes com questionamentos, supondo um acordo implícito sobre o objeto entre o orador e o auditório; e os “valores”, caracterizados como objetos de acordo que atingem grupos particulares.

As técnicas argumentativas buscam provocar ou aumentar a adesão do auditório às teses que lhes são apresentadas, visto que “argumentar é a arte de convencer e persuadir” (ABREU, 2001, p.25). Dessa forma, convencer alguém é fazê-lo pensar como o orador e persuadi-lo é fazer com que esse alguém realize algo que o orador deseja que se realize.

Entretanto, vale enfatizar que a utilização dessas técnicas não limita o entendimento do discurso aos desejos do orador, como se o sujeito ouvinte não pudesse atribuir outros sentidos ao discurso, pois quando argumenta, o orador quer convencer o ouvinte, numa interação dialógica, quanto à plausibilidade de seus argumentos e de sua tese – a ideia geral que se quer vender.

### **As Aulas Radiofônicas nos Tempos do MEB em Natal: uma Análise Discursivo-Argumentativa**

As aulas pautavam-se no ensino de português, matemática, geografia e história, além de dirigirem-se aos alunos com os discursos que norteavam a prática educativa do MEB. Destacamos neste artigo a aula do dia 01 de junho de 1964 que possui duração de 1 hora. A aula faz a abertura inicial, incluindo a reza do “pai nosso” e traz uma dramatização que é apenas sinalizada no roteiro. Dizemos que os discursos dessa aula radiofônica percorrem os três planos de atuação do MEB, a saber: “conscientização da realidade”, “formação de atitudes” e “instrumentos de ação”. Vamos entender como esse processo discursivo-argumentativo foi realizado.



A aula começa com a identificação da emissora na voz de um locutor, depois é colocado um trecho musical chamado de “característica” com a função estética de demarcar para o ouvinte o início do programa, no caso da aula. Em seguida, o locutor apresenta a professora<sup>6</sup> e o número da turma, depois disso, o operador de áudio põe no ar mais uma vez a “característica” para logo em seguida a professora tomar a palavra, saudar os alunos e convidá-los a rezar um “pai nosso”. Depois da reza, a professora dirige-se aos alunos e começa a aula, geralmente iniciada a partir de um discurso e, posteriormente, a professora/locutora adentra no ensino das matérias e nas resoluções de questões de português, matemática, geografia ou história.

A aula em destaque traz uma dramatização que é apenas sinalizada no roteiro. Entretanto, podemos presumir o conteúdo da dramatização a partir das perguntas da professora após a audição: “É necessário todas as pessoas irem à escola? Por quê?”. A mensagem dramatizada deve tentar convencer os aprendizes quanto à necessidade de ir à escola, visto que podemos recuperar esse sentido pelo próprio contexto ideológico que se insere o MEB, na defesa da educação popular. Percebermos também que após a escuta da dramatização, a educadora (oradora) volta-se para os alunos e questiona-os, dando certo tempo para as possíveis respostas dos alunos/ouvintes. O tempo é indicado no roteiro da aula com o nome “Técnica”, seguido de pontilhados. Isso nos leva a entender que o operador de áudio colocou no ar alguma trilha musical como forma de condicionar o aluno para naquele momento, exprimir suas opiniões acerca do que foi questionado. Essas perguntas reflexivas, após a dramatização, mostram a utilização da “modalidade interrogativa” chamando os alunos para o diálogo, buscando do discente a reflexão e a expressão da opinião. Além disso, a dramatização foi utilizada como estratégia argumentativa de “recurso de presença”, tendo em vista que se propunha a ajudar na compreensão dos discursos.

A dramatização pertence ao “gênero de entretenimento” e é definida por Barbosa (2003), como uma representação do real e do cotidiano, utilizando a linguagem radiofônica. A dramatização, como formato dentro da aula radiofônica, do “gênero educativo-cultural”, também proporciona dinamicidade à transmissão da aula porque é capaz de utilizar a voz humana, a música, os efeitos sonoros e o silêncio para criar cenários, despertar sentimentos e envolver o receptor a ponto de fazê-lo transformar o som em imagem mental, processo chamado de imaginação. Nesse caso, ocorreu a inter-

---

<sup>6</sup> Utilizamos o cargo de professor no feminino porque todas as aulas que analisamos são apresentadas por professoras.



relação entre o “gênero educativo-cultural” (aulas) e o “gênero de entretenimento” (dramatização), para mediar os discursos e conquistar a adesão dos alunos

Continuando com a organização da aula em questão, verificamos que depois das perguntas dirigidas aos alunos e o tempo dispensado para as respostas destes, a professora começa a corrigir os exercícios de casa. Em seguida, pede para que os alunos leiam um texto de título “Cenas da Roça”, liberando tempo para essa atividade. Posteriormente, a educadora faz a leitura oral do mesmo texto e depois o comenta:

Sobre o que nos fala a nossa leitura? Vimos que ela mostra a vida real do homem do campo, sem meios para poder cultivar a terra de modo que ela dê uma boa produção. Sabemos que o nosso Brasil é um país agrícola, embora se ache grande parte retardada do desenvolvimento da época, porque nos faltam as máquinas que servem para o maior rendimento do trabalho usando menos o homem. Os adubos também tornam a terra mais fértil para produzir. Outra coisa também de grande importância que nos falta é orientação para o homem poder aplicar de uma maneira correta os meios para uma boa produção. Para isso é necessário a educação do homem. Só por meio da educação o homem terá os conhecimentos precisos ao seu desenvolvimento e ao progresso da sociedade. (AULA III, TRECHO 1)<sup>7</sup>.

A professora/locutora inicia o diálogo com os alunos/ouvintes por meio de uma pergunta que é mais expressiva do que funcional, ou seja, é uma maneira de iniciar a conversa sem se preocupar com as respostas imediatas dos interlocutores, visto que a pergunta é feita e logo em seguida a oradora começa a tecer seus comentários, não disponibilizando tempo para as possíveis respostas dos aprendizes como anteriormente. O discurso versa sobre as condições do homem do campo no exercício do seu trabalho, sem meios necessários para o cultivo da terra, bem como trata da importância do esclarecimento do camponês para mudar essa situação.

A oradora começa do particular para o geral, mostrando a situação do homem do campo para depois inseri-lo dentro das circunstâncias do Brasil na condição de país agrícola. Fundamenta a argumentação em “fatos”: a precariedade encontrada no campo para se obter uma boa produção, relacionada com as condições do país, visto que o camponês não dispõe de adubos, de máquinas e de orientação para utilizar esses meios importantes para a produção. Isso tudo porque o Brasil, apesar de ser um país agrícola, possuía um desenvolvimento retardado para a época.

---

<sup>7</sup> A transcrição da aula foi realizada assim como está no roteiro radiofônico analisado.



Contudo, observamos também que a professora além de utilizar os “fatos” como objeto de acordo para começar a argumentação, também se inclui no discurso, como mostram os fragmentos: “[...] porque nos faltam as máquinas que servem para o maior rendimento do trabalho usando menos o homem” e “outra coisa também de grande importância que nos falta é orientação [...]”. Esses enunciados mostram a inclusão da oradora nesse contexto social descrito, através dos modalizadores enunciativos, ela mostra seu *ethos* ao se colocar como brasileira, dentro da mesma categoria do auditório. Os efeitos de sentidos dessa inclusão são, por exemplo, que além de ser brasileira ela também conhece bem a realidade da zona rural e, fazendo isso, aproxima-se do auditório e aumenta a credibilidade do seu dizer.

A estratégia empreendida nessa fala da professora começa com um discurso técnico sobre o ofício do camponês e as circunstâncias do país como fatos baseados e comprovados pela realidade para, em seguida, desaguar na defesa da tese de que é necessário ficar esclarecido. Desse modo, obter o esclarecimento é necessário não só para o melhor desempenho das funções do homem do campo, como também é imprescindível para o progresso do país.

Vemos aqui a posição da oradora, falando de um lugar social que incita os jovens e adultos a estudarem tanto para melhoria de suas vidas quanto para a do país, sempre numa perspectiva de que algo está errado e precisa ser transformado. Dessa forma, a educação é entendida como um meio para se chegar à transformação do país.

Dizemos que o discurso dessa aula perpassa pelos três planos de atuação do MEB, porquanto conscientiza o auditório da realidade, quer convencê-lo a tomar uma atitude no campo das ideias e a adotar o esclarecimento como necessário para promover uma ação futura. Apesar dessa multiplicidade de objetivos, entendemos que a busca pela tomada de atitude se sobressai às demais, tendo em vista que o esforço do discurso concentra-se em convencer o aluno da necessidade do esclarecimento, essa é a tese central.

### **Considerações**

A análise discursivo-argumentativa do MEB, com ênfase na aula veiculada pela Rádio Rural de Natal, leva-nos a considerar que os discursos transmitidos eram politizadores, interferindo na vida do homem do campo, na década de 1960, marcando posições na busca pela mudança social e a favor da educação dos menos favorecidos.



Os discursos foram estruturados por técnicas argumentativas que entendem a educação como o instrumento de intervenção na realidade, apresentando a alfabetização dos sujeitos tanto como forma de esclarecimento pessoal quanto como uma maneira de transformar o país, no que se refere às desigualdades sociais. Sendo assim, a Educação Popular empreendida voltou-se para os anseios dos jovens e adultos da zona rural, adotando o rádio como uma mediação tecnológica e dialógica, capaz de promover diálogos com os alunos/ouvintes, alcançar um grande número de discentes, como também mediar os discursos, conquistando a adesão dos alunos, num período em que o rádio ainda era o principal veículo de comunicação no Estado do Rio Grande do Norte.

### Referências bibliográficas

ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

BARBOSA FILHO, A. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

CARDOSO, A. Conscientização e alfabetização. In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 161-172.

FÁVERO, O. (Org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FREIRE, P. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. p. 99-126.

LANDIM FILHO, R. Educação e Conscientização. In: FÁVERO, Osmar (org). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. p. 175-181

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso**. 4.ed. Campinas: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcineli Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PERELMAN, C; TYTECA, L. **O Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.